

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 30 de Junho de 2017

A MENSAGEM DA DIRETORA-PRESIDENTE

Dirijo-me à comunidade rio-grandense em geral e, em especial, aos empresários, produtores rurais e prefeitos municipais, que são os públicos relevantes do BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, para transmitir-lhes o desempenho das operações e das finanças desta Instituição nos primeiros seis meses do exercício de 2017, a qual, ao longo da última década, desembolsou R\$ 6,9 bilhões para o financiamento de 19 mil projetos que fomentaram tanto a modernização de setores tradicionais e a indução de novas economias na estrutura de produção rio-grandense, quanto a melhoria das infraestruturas públicas, através do financiamento aos municípios gaúchos.

O primeiro tópico que se segue a esta mensagem é uma descrição resumida do atual quadro econômico nacional, ao abrigo da economia internacional e de forma extensiva à economia gaúcha. Tal cenário tem como característica, fortemente marcada, a queda da demanda por investimentos de longo prazo. Logo em seguida, registram-se as diretrizes estratégicas que, no período 2017-2018, orientam o apoio financeiro e institucional do Badesul ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, conforme Acordo de Resultados firmado com o Governo do Estado.

O retorno do Badesul a uma situação de equilíbrio regida por lucro consistente continua em progresso e será alcançada tanto mediante a gestão do passivo desta Instituição quanto pela redução e estabilização das suas despesas. Aliás, está em curso o alinhamento dos critérios de atribuição de risco adotados pelo Badesul com os correspondentes métodos praticados pelo BNDES.

Dentre as medidas de redução de despesas do Badesul, em linha com outras medidas voltadas ao equilíbrio financeiro de longo prazo da Instituição, destaca-se o sucesso alcançado pelo Programa Especial de Desligamento Incentivado – PEDI, ao qual houve a adesão em 2016 de 25 colaboradores, o que significou uma economia de R\$ 9,4 milhões por ano, a partir de 2017 (redução de 26% nas despesas anuais de pessoal da Instituição). Considerando a sobra de 5 vagas, dado que houve a disponibilização inicial de 30 vagas para os desligamentos incentivados do PEDI, houve em 2017 a abertura de permissão à adesão dessas vagas remanescentes, o que ocorreu com sucesso, adicionando mais R\$ 2,1 milhões de economia por ano, a partir deste exercício (redução de mais 5,7% nas despesas de pessoal de 2016). Em síntese, o PEDI somou uma redução de 31,7% nas despesas de pessoal do Badesul neste e nos próximos exercícios, tomando-se como base o exercício de 2016. Cabe também destaque à manutenção, em 2017, das despesas administrativas do Badesul no mesmo patamar de 2014, mantendo atualizados contratos e serviços.

A Instituição vem buscando a adequação do seu organograma aos ditames das novas prioridades de gestão e de atendimento a demandas de órgãos de controle e regulação, como a criação de Superintendência de Acompanhamento e Fiscalização e a implantação da nova função de Normas; o aperfeiçoamento da sua estrutura decisória, como a recomposição do seu Comitê de Crédito, a criação do Comitê de Processos e Risco Operacional; e a revisão de normas e processos operacionais cruciais, como a atualização dos Manuais de Políticas Operacionais, de Operações de Crédito e de Cobrança e Recuperação de Crédito, além da criação do Manual de Fundos.

Adicionalmente, está em curso um projeto de reestruturação, com os aperfeiçoamentos de transparência, de governança corporativa e de estruturas e práticas de controles, para atender aos requisitos dispostos na Lei Federal n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Entre as medidas tomadas nesse sentido, destacam-se as Políticas de Sucessão dos Administradores, de Divulgação de Informações, de Distribuição de Dividendos, a criação de Canal de Denúncias, do Comitê de Auditoria Estatutária, do Plano de Negócios, a divulgação da remuneração dos administradores, bem como da Carta Anual de Governança Corporativa.

No que tange ao desempenho operacional e financeiro desta Agência de Fomento no primeiro semestre de 2017, desde já informo que o Badesul aprovou 29 novas operações de crédito e desembolsou R\$ 75,2 milhões para o financiamento de investimentos no Rio Grande do Sul, ao que se soma a integralização de R\$ 310,8 mil em fundos de investimentos em participações. Com isso, o Saldo de Operações Ativas desta Instituição alcançou R\$ 2,87 bilhões em junho de 2017, valor este 10,5% menor que o registrado ao final de 2016, em linha com a busca de gradual desalavancagem da exposição do Badesul em relação a seus ativos de crédito.

No que se refere ao seu desempenho institucional, cabe destacar o desafio de apresentar ao Rio Grande do Sul novas soluções estratégicas, essenciais ao desenvolvimento. Cabe destaque ao tema das PPPs – Parcerias Público-Privadas, tendo o Badesul constituído neste período uma equipe qualificada, apta a apoiar os Gestores Municipais na implantação e consolidação de estratégias de desenvolvimento, com base neste novo modelo de parcerias.

Vale acrescentar que, ao final deste primeiro semestre de 2017, houve o lançamento do programa Badesul Pequenas Empresas, em parceria com o Sebrae-RS, visando a conjunção do crédito favorecido a investimentos fixos e mistos de pequenas empresas com o treinamento em gestão empresarial proporcionado pelo Sebrae-RS.

O resultado registrado pelo Badesul neste semestre foi negativo em R\$ 15,9 milhões. Em decorrência, o Patrimônio Líquido de R\$ 660,8 milhões com que esta Agência de Fomento encerrou o primeiro semestre de 2017 foi 2,35% inferior ao registrado no final do exercício passado. No entanto, o Índice de Basileia amplo da Instituição foi apurado em 14,7, apresentando uma melhora em comparação ao ano anterior.

Importante ressaltar que houve uma significativa redução de 26,45% no prejuízo líquido verificado na comparação entre os primeiros semestres de 2016 e de 2017, resultado de um conjunto de ações de gestão implantado ao longo desse período. Especialmente, no resultado deste primeiro semestre de 2017, não estão considerados créditos tributários originados no citado período, diferentemente do que ocorreu no mesmo período do exercício anterior.

As minhas decisões à frente dos destinos do Badesul nos próximos meses continuarão tanto focadas na execução operacional das diretrizes estratégicas de governo para o financiamento do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, quanto voltadas para a recomposição do equilíbrio econômico e financeiro do Badesul. Para estes fins conto com a dedicação dos meus colegas de Diretoria, com a disposição dos colaboradores desta Instituição e, sobretudo, com a confiança do Governador do Estado e o apoio do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, aos quais transmito os meus agradecimentos.

Finalmente, agradeço aos clientes desta Agência de Fomento, que são a razão da sua existência, assim como estendo minha gratidão às fontes de recursos financeiros do Badesul, em especial ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas também à Caixa Econômica Federal (CEF) e à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Susana Maria Kakuta
 Diretora-Presidente

A SITUAÇÃO DA ECONOMIA

No quadriênio 2011-2014 o Produto Interno Bruto (PIB) da economia mundial cresceu, em média, 3,6% ao ano. No quadriênio anterior, 2007-2010, a taxa média mundial de crescimento econômico foi de 3,4% ao ano, apesar da crise econômica mundial de 2008/09. A projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o PIB da economia mundial em 2017 é de 3,5% e, para 2018, de 3,4%. É lícito esperar, portanto, que a economia mundial continuará crescendo a taxas moderadas de 3,3% ao ano no horizonte dos próximos anos e o Brasil terá que ajustar a sua política econômica de forma a alcançar taxa similar de crescimento do seu produto interno bruto, buscando sempre um cenário internacional favorável às relações externas da sua economia.

A política econômica em curso, de correção de rumos do Brasil, atravessará em 2017 um período marcado por recuperação gradual e lenta da profunda recessão que se abateu sobre a economia brasileira em 2015-2016. A inflação refluí até abaixo do centro da meta e deverá permanecer na meta nos próximos anos, mas o desemprego deverá ainda se manter elevado em 2017 e em 2018, assim como o patamar de juros básicos da economia continuará em ritmo de queda, mas com limitações impostas pela restrição fiscal. Como resultado, espera-se estabilidade da taxa de crescimento do PIB em 2017 e retomada, ainda que moderada, do crescimento econômico no Brasil a partir de 2018, em quadro de relativo estímulo cambial às exportações da indústria, persistência (e permanência) do esforço de ajuste fiscal, consolidação da taxa de inflação no centro da meta de inflação e investimentos prioritários na infraestrutura, mediante parcerias público-privadas e concessões. A fragilidade fiscal do Brasil continuará a ser o principal obstáculo ao dinamismo da sua economia.

Como decorrência do cenário referenciado para a economia brasileira, espera-se que a economia do Rio Grande do Sul, em 2017, também apresente lenta recuperação frente à recessão, mas sem apresentar crescimento, e, no quadriênio 2015-2018, ainda apresente um desempenho médio negativo, uma vez que se espera volte a crescer de fato apenas a partir de 2018. No que se refere à indústria, o desafio que se coloca continua a ser a modernização dos setores tradicionais, ao lado do advento e expansão de atividades de conhecimento intensivo, com o fito de a economia gaúcha renovar o dinamismo das suas fontes históricas de crescimento e dar vazão à capacidade empreendedora dos gaúchos. Quanto ao setor agropecuário, projeta-se a continuidade da sua importância para a formação do PIB do Rio Grande do Sul, para o que é imprescindível a minimização dos efeitos de estiagens, mediante a continuidade dos investimentos em acumulação de água, irrigação e produtividade. No que tange aos serviços, a fragilidade das finanças públicas estaduais continuará a ser um freio ao crescimento no médio prazo, de forma tão ou mais grave do que ocorre na esfera federal.

O corolário do descrito cenário de fraqueza da economia nacional e, em especial, da economia gaúcha, corresponde a uma acentuada queda na demanda por crédito de longo prazo a investimentos tanto privados quanto públicos junto ao Badesul.

O BADESUL - DIRETRIZES PRIORITÁRIAS 2017-2018

Na qualidade de Agência de Fomento do Governo do Estado para a execução das suas prioridades de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, o Badesul, em 2017-2018, pautará a sua atuação operacional e institucional conforme as diretrizes que se seguem, estabelecidas de acordo com o Mapa Estratégico e a Política de Desenvolvimento do Governo do Estado.

- Modernização de Setores Tradicionais da Economia Gaúcha;
- Indução de Novas Economias na Estrutura de Produção do Rio Grande do Sul;
- Dinamização de Economias de Cidades e Regiões do RS;
- Alavancagem da Infraestrutura Estadual.

Os temas transversais que perpassam as definições estratégicas relacionadas são: inovação tecnológica; sustentabilidade (eficiência em energia, no uso da água, no uso de insumos e na reciclagem de resíduos, em especial); aumento da produtividade; surgimento e consolidação de empresas de base tecnológica; parcerias público-privadas; criação de competências; modernização de gestão e *upgrade* de políticas públicas.

Os instrumentos mobilizados à execução das estratégias e prioridades descritas são os produtos e serviços que definem as áreas de negócios do Badesul, cuja atuação operacional em 2017-2018 será pautada por programas e ações ditadas pelas suas estratégias e temas prioritários.

O BADESUL – PERFIL INSTITUCIONAL

O BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, cujo controle acionário é do Estado do Rio Grande do Sul, o qual possui 99,99% do seu Capital Social, totalmente integralizado e representado por ações ordinárias nominativas.

O Badesul é uma Instituição financeira constituída como Agência de Fomento, na forma dada pela Resolução nº 2.828 do Conselho Monetário Nacional, dedicada ao financiamento e à promoção de investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, cujo território delimita a área geográfica de atuação da Instituição.

O Badesul se relaciona com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul mediante a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, à qual se vincula como Instituição Financeira da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual.

Os produtos e serviços operados pelo Badesul, com seus públicos relevantes, são os seguintes:

- Crédito Empresarial:** Empresas Industriais e de Serviços;
- Crédito Público:** Prefeituras Municipais;
- Crédito Rural:** Produtores Agropecuários, Agroindústrias;
- Crédito à Inovação:** Empresas Inovadoras;
- Participações:** Fundos de Investimento Privados;
- Serviços:** Governo do Estado e Fundos Públicos Estaduais.

Os produtos financeiros operados pelo Badesul correspondem, essencialmente, às linhas de crédito e programas de financiamento oferecidos pelo Sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Subsidiariamente, o Badesul capta recursos da CEF (Caixa Econômica Federal) e da FINEP – Inovação e Pesquisa, assim como opera com recursos próprios, dentre outras formas, mediante destaque de capital, para o crédito a investimentos públicos municipais.

O BADESUL – OPERAÇÕES, RISCOS E FINANÇAS

Operações Desembolsadas

Os valores dos desembolsos de crédito e integralizações em fundos efetuados no primeiro semestre de 2017 são dispostos na tabela que se segue, conforme as áreas de crédito e de participações da Instituição e referenciadas ao Rio Grande do Sul como um todo.

Valor das Operações de Crédito Desembolsadas, por Áreas de Negócios, e de Participações Integralizadas pelo Badesul. Valor em R\$ mil nominais.		
Badesul – Áreas de Negócios	Valor 2017 (até junho)	Valor 2016 (até junho)
Rural e Agroindustrial	27.281	61.891
Empresarial	21.565	51.945
Fomento Público	26.376	40.970
Total Operações Crédito	75.223	154.806
Participações Integralizadas	311	2.128

Fonte: Badesul.

Nota-se a importante redução no fluxo de desembolsos realizados no primeiro semestre de 2017 em relação a igual período de 2016, fruto de correspondente redução na demanda por crédito de longo prazo a investimentos junto ao Badesul, ao abrigo da já antes comentada fraqueza da economia brasileira e, por conseguinte, da economia gaúcha.

Destaque Operacionais

Modernização de Setores Tradicionais e Novas Economias. No primeiro semestre de 2017 o Badesul efetuou desembolsos de R\$ 48,9 milhões para o financiamento de investimentos ligados ao processo de modernização de setores tradicionais da economia gaúcha, com destaque à produção agropecuária e agroindustrial, mas também às indústrias de alimentos, couros e calçados, química, metalúrgica, mecânica e elétrica, presentes na sua história industrial. Neste período, o Badesul tanto liberou crédito a projetos de investimentos associados com a transformação do perfil da economia gaúcha, quanto efetuou a integralização de R\$ 311 mil em cotas de fundos de investimentos em participações que apoiam micro, pequenas e médias empresas inovadoras. Acrescenta-se, ainda, a liderança institucional desta Agência de Fomento no que tange ao planejamento e organização de *Cluster* de tecnologias para a saúde no Rio Grande do Sul.

• **Dinamização de Economias de Cidades e Regiões.** As operações de crédito desembolsadas pelo Badesul à realização de investimentos também atendem ao propósito de apoiar as regiões da geografia rio-grandense, o que se comprova pela tabela a seguir, a qual apresenta as 10 (dez) principais regiões apoiadas.

Estoque de operações ativas por principais Regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Apoiadas pelo Badesul. Valores em R\$ mil			
Regiões dos COREDES	Principal Município	Valor 2017 (até junho)	Valor 2016 (até junho)
METROPOLITANO DELTA DO JACUI	PORTO ALEGRE	355.226	422.761
FRONTEIRA OESTE	URUGUAIANA	223.935	267.800
SERRA	CAXIAS DO SUL	198.692	215.197
MISSOES	SANTO ÂNGELO	190.582	212.158
ALTO JACUI	CRUZ ALTA	159.609	210.460
NOROESTE COLONIAL	IJUÍ	136.705	155.142
NORTE	ERECHIM	119.623	142.320
NORDESTE	LAGOA VERMELHA	117.936	141.848
PRODUCAO SUL	PASSO FUNDO	117.563	140.846
	PELOTAS	117.236	140.635
Total Parcial		1.737.108	2.049.169
Total Geral RS		2.868.626	3.355.068

Fonte: Badesul.

Faz-se também destaque às cidades apoiadas mediante o desembolso de R\$ 26,4 milhões em 2017 (até junho), para a execução de investimentos públicos projetados por prefeituras municipais do RS e ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão.

• **Alavancagem da Infraestrutura Estadual.** O Badesul desembolsou R\$ 11,3 milhões voltados à realização de investimentos em infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, com destaque para a produção e transmissão de energia e à logística.

Saldo de Operações Ativas

O Badesul encerrou o primeiro semestre de 2017 com Saldo de Operações Ativas de R\$ 2.868,6 milhões, correspondente a 6.689 CFAs (Contas Financeiras Ativas) e a 2.740 clientes.

Gestão de Riscos

Observa-se que 85,8% do valor do Saldo de Operações Ativas registrado pelo BADESUL ao findar do primeiro semestre de 2017 corresponde a operações de crédito de curso normal, isto é, com classificação de risco (*rating*) desde AA até C.

Patrimônio Líquido e Liqueidez Financeira

O Patrimônio Líquido do Badesul alcançou, ao final do primeiro semestre de 2017, o valor de R\$ 660,8 milhões. A aplicação dos recursos próprios desta Instituição em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) somou R\$ 645,8 milhões ao final do mês de junho deste exercício, excluídos os recursos de propriedade dos Fundos Administrados, o que evidencia o elevado grau de liquidez desta Agência de Fomento.

Gestão de Fundos Estaduais e Capitalização pelo Fundopem/RS

Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Badesul executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia gaúcha. Estes serviços, inclusive, estendem-se além do controle financeiro, na medida em que o Badesul também presta apoio à contratação e ao repasse de recursos, em especial à conta do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Rurais) e do Funterra (Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul).

Resultado

O Resultado da Instituição apresentou-se negativo neste primeiro semestre de 2017 em R\$ 15,9 milhões. Tal resultado é decorrência e tem como fator preponderante a elevação das despesas com provisões, em especial para devedores duvidosos, explicadas tanto pela frustração de investimentos considerados prioritários na gestão anterior quanto pelo enfraquecimento da economia brasileira em geral e a do RS em particular.

A MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do BADESUL dirige-se à comunidade gaúcha para reafirmar aos rio-grandenses e a todos que se dedicam ao desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul a sua firme determinação de, em nome do Governo do Estado e da confiança que lhes foi depositada pelo Governador e pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico, exercer a gestão desta Agência de Fomento de acordo com as estratégias e prioridades governamentais e conforme os requisitos prudenciais e regulatórios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

Os dados e informações dispostos neste relato e seus anexos evidenciam os desafios de gestão que se apresentam para a travessia do cenário macroeconômico adverso e para a superação das restrições atuais do cenário microeconômico da Instituição. Enfatiza-se que a superação desses desafios e restrições será realizada em conjunto com os clientes do Badesul, com as suas fontes repassadoras de recursos financeiros e com o seu quadro de colaboradores.

Assim, esta Diretoria manifesta o seu agradecimento aos clientes do Badesul, que honram a tradição de amor ao trabalho, de empreendedorismo e de respeito à ética do gaúcho, como também estende a sua gratidão às fontes repassadoras de recursos financeiros desta Agência de Fomento, em especial ao BNDES, mas também à CEF e à Finep. Por fim, a Diretoria também expressa o seu reconhecimento à dedicação e ao espírito público dos colaboradores do BADESUL, com os quais esta gestão comunga os ideais de promoção do progresso econômico e do bem-estar social dos rio-grandenses.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 - (Em Milhares de Reais)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2017	2016	2017	2016	
Circulante	1.258.748	1.305.017	Circulante	548.080	562.096
Disponibilidades (Nota 4)	449	245	Obrigações por repasses do país – instituições oficiais (Nota 12)	528.681	547.421
Títulos e valores mobiliários	646.094	617.301	BNDES	288.230	299.295
Carteira própria (Nota 5)	646.094	617.301	Caixa Econômica Federal	1.807	1.658
Operações de crédito (Nota 6)	533.536	578.902	FINAME	236.638	244.959
Operações de crédito	618.409	644.969	FINEP	2.006	1.509
Setor público	69.579	67.965	Outras obrigações	19.399	14.675
Setor privado	548.830	577.004	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3	95
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(84.873)	(66.067)	Fiscais e previdenciárias (Nota 13)	4.322	1.930
Outros créditos	78.543	108.419	Diversas	15.074	12.650
Avais e fianças honrados (Nota 7a)	1.277	2.206	Despesas de pessoal	3.828	4.854
Rendas a receber (Nota 8)	4.513	2.258	Outros pagamentos	541	660
Diversos	72.753	103.955	Passivos atuariais (Nota 15)	624	1.558
Adiantamento e antecipações salariais	840	1.087	Cretores diversos (Nota 16)	10.081	5.578
Adiantamento por nossa conta	1	3	Exigível a longo prazo	2.348.069	2.765.308
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)	70.176	97.974	Obrigações por repasses do país – instituições oficiais (Nota 12)	2.235.505	2.650.956
Devedores por compra de valores e bens (Nota 10)	994	990	BNDES	1.095.607	1.272.621
Impostos e contribuições a compensar	-	5.282	Caixa Econômica Federal	26.753	28.121
Pagamentos a ressarcir	499	474	FINAME	1.104.977	1.341.963
Devedores diversos no país	300	351	FINEP	8.168	8.251
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 7b)	(57)	(2.206)	Outras obrigações	112.564	114.352
Outros valores e bens	126	150	Diversas	112.564	114.352
Outros valores e bens	126	142	Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	99.362	102.454
Despesas antecipadas	-	8	Passivos atuariais (Nota 15)	13.112	11.750
Realizável a longo prazo	2.268.184	2.714.516	Comissão sob carta fiança	90	148
Títulos e valores mobiliários	7.461	-	Patrimônio líquido (Nota 17)	660.845	724.240
Carteira própria (Nota 5)	7.461	-	Capital social	756.343	756.343
Operações de crédito (Nota 6)	2.050.842	2.552.006	De domiciliados no país	756.343	756.343
Operações de crédito	2.250.217	2.710.100	Reservas de lucros	-	-
Setor público	123.654	131.526	Ajuste de avaliação patrimonial	(3.639)	(1.258)
Setor privado	2.126.563	2.578.574	Prejuízos acumulados	(91.859)	(30.845)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(199.375)	(158.094)	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.556.994	4.051.644
Outros créditos	209.881	162.510			
Rendas a receber (Nota 8)	255	321			
Diversos	209.626	162.189			
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)	184.991	147.532			
Devedores por compra de valores e bens (Nota 10)	1.987	2.968			
Devedores por depósitos em garantia (Nota 14d)	22.648	11.689			
Permanente	30.062	32.111			
Imobilizado de uso (Nota 11)	30.062	32.111			
Imóveis de uso	35.074	35.074			
Outras imobilizações de uso	8.409	8.302			
Depreciação acumulada	(13.421)	(11.265)			
Total do Ativo	3.556.994	4.051.644			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	161.537	158.584
Operações de crédito	127.155	119.348
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	34.382	39.236
Despesas da intermediação financeira	(153.585)	(147.780)
Operações de empréstimos e repasses	(58.092)	(56.506)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(95.493)	(91.274)
Resultado bruto da intermediação financeira	7.952	10.804
Outras receitas e despesas operacionais	(16.705)	(46.330)
Receitas da prestação de serviços	5.755	4.142
Rendas de tarifas bancárias	245	547
Despesas de pessoal	(16.387)	(19.731)
Outras despesas administrativas (nota 21a)	(7.861)	(9.157)
Despesas tributárias	(4.169)	(4.947)
Outras receitas operacionais (nota 20a)	13.977	4.030
Outras despesas operacionais (nota 21b)	(8.265)	(21.214)
Resultado operacional	(8.753)	(35.526)
Resultado não operacional	59	768
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(8.694)	(34.758)
Imposto de renda e contribuição social (Notas 3k e 19)	(7.210)	13.135
Provisão para imposto de renda	(3.947)	-
Provisão para contribuição social	(3.263)	-
Ativo fiscal diferido	-	13.135
Prejuízo líquido do período	(15.904)	(21.623)
Nº de Ações (Em milhares)	756.343	756.343
(Prejuízo) por Ação – R\$	(21,03)	(28,59)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(8.694)	(34.758)
Prejuízo do semestre antes da tributação	99.003	113.988
Ajustes do prejuízo líquido do semestre		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	89.402	87.837
Provisão/(Reversão de provisão) para desvalorização de títulos livres	(422)	395
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.091	3.437
Outras provisões	3.965	21.711
Depreciação	1.066	1.093
Ajuste passivos atuariais	(1.099)	(485)
Prejuízo do semestre ajustado	90.309	79.230
Variações nos ativos e obrigações	(90.553)	(80.352)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(27.913)	22.277
Redução em operações de crédito	167.203	104.894
(Aumento) em outros créditos	(11.459)	(9.665)
(Aumento)/ Redução em outros valores e bens	(1)	3.580
(Redução) em outras obrigações	(5.485)	(97)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(208.058)	(159.181)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.840)	(42.160)
Caixa líquido das atividades operacionais	(244)	(1.122)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição do imobilizado de uso	(107)	(4)
Caixa líquido das atividades de investimento	(107)	(4)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(351)	(1.126)
Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	800	1.371
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	449	245
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(351)	(1.126)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

	Capital realizado	Legal	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Total
			Reservas especiais	(Prejuízos) acumulados		
Saldos em 01 de janeiro de 2016	756.343	21.195	4.180	(34.597)	(1.258)	745.863
Reversão de reservas de lucros para absorção de prejuízo	-	(21.195)	(4.180)	25.375	-	-
Prejuízo do semestre	-	-	-	(21.623)	-	(21.623)
Saldos em 30 de junho de 2016	756.343	-	-	(30.845)	(1.258)	724.240
Mutações do semestre	-	(21.195)	(4.180)	3.752	-	(21.623)
Saldos em 01 de janeiro de 2017	756.343	-	-	(75.955)	(3.639)	676.749
Prejuízo do semestre	-	-	-	(15.904)	-	(15.904)
Saldos em 30 de junho de 2017	756.343	-	-	(91.859)	(3.639)	660.845
Mutações do semestre	-	-	-	(15.904)	-	(15.904)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de Reais)**c. Composição da carteira por setor de atividade**

	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Setor Público Municipal	193.233	199.491		
Administração Direta.....	188.199	193.681		
Outros Serviços.....	5.034	5.810		
Setor Privado	2.675.393	3.155.578		
Pessoa Física.....	3.019	9		
Indústria.....	1.001.490	1.227.859		
Comércio.....	138.847	197.394		
Outros Serviços.....	295.991	339.258		
Rural.....	1.236.046	1.391.058		
Total	2.868.626	3.355.069		

d. A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

Classificação nível de risco	2017					
	Total das operações de crédito		Provisão Resolução CMN/BACEN		Provisão adicional	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	625.074	21,79	-	-	1.819	0,29
A	959.730	33,46	4.799	0,5	476	0,05
B	604.430	21,07	6.044	1,0	1.386	0,23
C	272.986	9,52	8.190	3,0	3.899	1,43
D	122.488	4,27	12.249	10,0	8.567	6,99
E	85.788	2,99	25.736	30,0	17.735	20,67
F	46.436	1,62	23.218	50,0	18.436	39,70
G	34.063	1,19	23.844	70,0	10.219	30,00
H	117.631	4,09	117.631	100,00	-	-
Total	2.868.626	100,00	221.711	-	62.537	-

Classificação nível de risco	2016					
	Total das operações de crédito		Provisão Resolução CMN/BACEN		Provisão adicional	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	749.102	22,33	-	-	2.742	0,36
A	1.104.923	32,93	5.525	0,5	442	0,04
B	840.953	25,07	8.410	1,0	1.506	0,17
C	303.676	9,05	9.110	3,0	3.921	1,29
D	119.387	3,56	11.939	10,0	7.831	6,55
E	117.692	3,51	35.308	30,0	19.866	16,87
F	13.035	0,39	6.518	50,0	4.742	36,37
G	41.584	1,24	29.109	70,0	12.475	30,00
H	64.717	1,92	64.717	100,00	-	-
Total	3.355.069	100,00	170.636	-	53.525	-

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobertura do risco de crédito das operações. Para tanto, o Badesul efetua provisionamento superior ao mínimo regulamentado na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, publicada pelo BACEN. As operações classificadas de um mesmo cliente com montante de saldo superior a R\$ 50 são avaliadas periodicamente e tem seu conceito ratificado ou modificado segundo as regras de avaliação. As operações de clientes de saldo inferior a R\$ 50 tem provisão constituída pelo seu nível apurado na contratação da operação, recalculado pelo nível de atraso dos contratos. O conjunto de operações de um mesmo cliente tem seu provisionamento balizado pela operação de pior risco.

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldo Inicial.....	362.997	225.241
Adições / (Reversões) Líquidas.....	89.402	87.837
Baixa por transferência a prejuízo.....	(168.151)	(88.917)
Saldo Final	284.248	224.161

Em 30 de junho de 2017 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 9,91% (6,68% em 2016).

f. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2017		2016	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior.....	72.250	2,52	72.310	2,16
10 maiores seguintes.....	340.973	11,89	387.542	11,55
20 maiores seguintes.....	356.495	12,43	440.299	13,12
Demais.....	2.098.908	73,16	2.454.918	73,17
Total	2.868.626	100,00	3.355.069	100,00

g. Garantias

Em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Badesul detém a seu favor, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h. Valores baixados a prejuízo

No primeiro semestre de 2017 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 168.151 (R\$ 88.917 em 2016), em cumprimento ao que dispõe a Resolução 2.682 de 21/12/1999, editada pelo BACEN, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

O saldo acumulado, em 30 de junho de 2017, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação está representado por R\$ 473.098 (R\$ 361.682 em 2016).

As recuperações por recebimento e renegociação das operações de crédito baixadas a prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no semestre, o montante de R\$ 25.135 (R\$ 6.135 em 2016).

7. Outros Créditos - Avais e fianças honradas**a. Composição do saldo**

	2017	2016
Créditos por avais e fianças honradas.....	1.277	2.206
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	(57)	(2.206)
Total	1.220	-

b. Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldo Inicial.....	1.693	2.528
Adições / (Reversões) Líquidas.....	6.091	3.437
Baixa por transferência a prejuízo.....	(7.727)	(3.759)
Saldo Final	57	2.206

c. Valores baixados a prejuízo

No primeiro semestre de 2017 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 7.727 (R\$ 3.759 em 2016), em cumprimento ao que dispõe a Resolução 2.682 de 21/12/1999, editada pelo BACEN, compreendendo as cartas fianças honradas classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

O saldo acumulado em 30 de junho de 2017 dessas cartas fianças honradas, baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação, está representado por R\$ 13.193 (R\$ 4.349 em 2016).

As recuperações por recebimento e renegociação de cartas fianças honradas baixadas a prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no semestre, o montante de R\$ 687 (não houve recuperação em 2016).

8 Rendas a receber

	Curto prazo		Longo prazo	
	2017	2016	2017	2016
Comissões por Coobrigações a Receber/Carta Fiança.....	1.155	1.157	255	321
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento.....	3.358	1.101	-	-
Total	4.513	2.258	255	321

9 Créditos tributários de impostos e contribuições

A Administração do Badesul, tendo por base estudo técnico conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, realiza reconhecimento de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. Estão reconhecidos créditos tributários decorrentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa, de rendas de atraso de contratos de operações de crédito, de provisão para perdas decorrentes de ações trabalhistas, de passivos atuariais e de provisão para perdas com coobrigações assumidas, ambas passíveis de realização no período máximo de dez anos.

O reconhecimento contábil leva em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, que, devido às incertezas que permeiam projeções desta natureza, essas podem não se concretizar, por isso são realizadas revisões do estudo técnico semestralmente.

Foram reconhecidos os créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias julgadas relevantes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução CMN nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355, de 31 de março de 2006, e na Circular nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, ambas editadas pelo Banco Central do Brasil, incluindo a geração de lucros tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios.

d. Composição do saldo dos créditos tributários

	Curto Prazo		Longo Prazo		Total
	2017	2016	2017	2016	
Ativo fiscal diferido - IRPJ.....	38.866	54.430	113.643	86.707	152.509
Ativo Fiscal diferido - CSLL.....	31.310	43.544	71.348	60.825	102.658
Total	70.176	97.974	184.991	147.532	255.167

Os créditos tributários diferidos apresentados em 30 de junho de 2017 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre as diferenças temporárias da seguinte forma: 25% para o imposto de renda, e, para a contribuição social de 20% para o período de 2017 a 2018 e de 15% a partir do exercício de 2019 considerando o disposto na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015.

e. Composição das diferenças temporárias e respectivos tributos

	2017		
	Saldo projetado para realização até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	453.713	113.427	75.652
Rendas de atraso.....	45.280	11.320	8.008
Provisão para perdas com ações trabalhistas.....	70.199	17.550	12.426
Provisão para passivos atuariais.....	15.290	3.823	2.345
Provisão p/ perdas com coobrigações.....	25.558	6.389	4.227
Total	610.040	152.509	102.658

	2016		
	Saldo projetado para realização até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	404.477	101.119	75.444
Rendas de Atraso.....	48.711	12.178	9.583
Provisão para perdas com ações trabalhistas.....	64.746	16.186	11.740
Provisão para passivos atuariais.....	13.309	3.328	2.116
Provisão p/ perdas com coobrigações.....	29.446	7.361	4.911
Total	560.689	140.172	103.794

	2016		
	Saldo projetado para compensação até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Prejuízo fiscal - IRPJ.....	3.859	965	-
Base negativa - CSLL.....	3.834	-	575
Total	7.693	965	575

f. Movimentação do saldo dos créditos tributários

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Saldo inicial.....	152.108	103.059	255.167	232.371
Adições	-	-	-	62.671
- Resultado.....	-	-	-	62.671
Exclusões/Baixas	-	-	-	(49.536)
- Resultado (ajuste lançamento).....	401	(401)	-	(49.536)
Total	152.509	102.658	255.167	245.506

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	Total	Total
Saldo inicial.....	132.831	99.540	232.371	135.971
Adições	-	-	-	49.745
- Resultado.....	31.125	31.546	62.671	49.745
Exclusões/Baixas	-	-	-	(11.011)
- Resultado.....	(22.819)	(26.717)	(49.536)	(11.011)
Total	141.137	104.369	245.506	174.705

g. Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos

Ano de Realização	Diferenças Temporárias			
	IRPJ	CSLL	Total	Total
2017*.....	92.167	23.038	18.648	41.686
2018.....	126.622	31.656	25.324	56.980
2019.....	209.249	52.312	31.387	83.699
2020.....	50.647	12.662	7.597	20.259
Acima de 2021.....	131.355	32.841	19.702	52.543
Total	610.040	152.509	102.658	255.167

Ano de Realização	Diferenças Temporárias			
	IRPJ	CSLL	Total	Total
2016*.....	69.704	17.426	13.941	31.367
2017.....	148.014	37.004	29.603	66.607
2018.....	176.091	44.023	35.218	79.241
2019.....	41.107	10.277	6.166	16.443
2020.....	35.184	8.796	5.277	14.073
Acima de 2021.....	90.589	22.646	13.589	36.235
Total	560.689	140.172	103.794	243.966

* Valores projetados para realização ao longo do segundo semestre

Ano de realização...	2016				
	Prejuízo fiscal	Base negativa	IRPJ	CSLL	Total
2019.....	1.158	1.150	290	173	463
2020.....	1.158	1.150	290	173	463
Acima de 2021.....	1.543	1.534	385	229	614
Total	3.859	3.834	965	575	1.540

h. Valor presente dos créditos tributários reconhecidos

De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 2,91%, está representado por R\$ 138.241 (R\$ 130.114 em 2016) referentes ao imposto de renda e R\$ 93.603 (R\$ 96.990 em 2016) referentes à contribuição social.

i. Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 30 de junho de 2017, R\$ 13.771 (R\$ 2.211 em 2016) relativos ao Imposto de Renda e R\$ 11.016 (R\$ 1.769 em 2016) relativos à Contribuição Social. Estão incluídos nestes montantes os créditos tributários considerados não realizáveis dentro do período de dez anos.

10 Devedores por compra de valores e bens

O saldo apresentado ao final do semestre refere-se ao valor financiado por venda a prazo de imóvel recebido em dação em pagamento de operação de crédito.

Devedores por Compra de Valores e Bens.....	Curto prazo		Longo prazo	
	2017	2016	2017	2016
	994	990	1.987	2.968
Total	994	990	1.987	



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de Reais)

As contingências são em geral decorrentes de pedidos de reparação por danos morais ou materiais.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em ações cíveis, cuja probabilidade de perda é classificada como possível. Para fins de divulgação foi estimado o valor do risco envolvido como sendo de R\$ 35.788 (R\$ 28.638 em 2016), cujas ações são de natureza indenizatória ou de cobrança. Neste contexto existem duas ações, também classificadas como possível, que tramitam na justiça federal, movidas pela associação dos funcionários do Grupo Banrisul – AGBAN mediante a alegação de prejuízos decorrentes de valores que deixaram de verter ao plano de benefício (PB1) onde, entre outros, o Badesul está arrolado como réu. Para essas duas ações não foi possível realizar estimativa de valor, pois depende ainda de perícia e de delimitação do universo de substituídos funcionários e ex-funcionários do Badesul, desta forma o valor envolvido ainda é indefinido.

c. Ações fiscais

(i) PIS/COFINS - Ação coletiva em que o Badesul é parte: No exercício de 2010 a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE, representando as agências de fomento associadas, instituições financeiras assim consideradas pela legislação vigente, interpôs demanda judicial em caráter preventivo que versa sobre a sistemática de apuração do PIS e da COFINS das Agências de Fomento, a qual poderia representar uma futura contingência tributária para o Badesul. Em 17 de setembro de 2012 foi editada a Lei nº 12.715, produzindo efeito a partir de 01 de janeiro de 2013 com a possibilidade de opção para o exercício de 2012, a qual veio eliminar a "lacuna" que havia na legislação tributária quanto à expressa previsão do tratamento tributário aplicável às Agências de Fomento, conforme disposto no seu artigo nº 70.

Em 23 de dezembro de 2013 a Receita Federal do Brasil expediu dois autos de infração, para PIS e COFINS, respectivamente, cujo montante apurado com juros e multa foi R\$ 68.655 compreendendo o período de 2009 a 2011, compostos pelos valores originais atualizados acrescidos das multas de ofício. Houve impugnação, esgotou-se todas as vias recursais em sede de processo administrativo, porém sem êxito, de forma que o Badesul foi, em 07 de fevereiro de 2017, intimado pelo fisco para pagamento.

Em abril de 2017, o Badesul ajuizou ação anulatória de débito fiscal contra a União Federal, tombada sob o número 5018084-59.2017.4.04.7100, com probabilidade de perda possível e estimativa de perda atualizada para R\$ 93.050 em 30/06/2017 (R\$ 85.302 em junho de 2016). Avalia-se a perda como possível, visto as evidências indicarem ser o Badesul equiparado à instituição financeira desde sua criação, ou seja,

desde antes da vigência da Lei Federal nº 12.715/2012, que positivou expressamente a equiparação de agências de fomento a instituições financeiras/bancos de desenvolvimento, para fins de tributação federal, tendo, portanto, o direito de recolher PIS/COFINS na sistemática cumulativa da Lei Federal nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, justamente por ser equiparada a instituição financeira.

(ii) ISSQN: A Prefeitura Municipal de Porto Alegre ingressou na justiça ação para cobrança de ISSQN contra a extinta Caixa Econômica Estadual do RS, processo do qual o Badesul, entre outros, foi arrolado como parte responsável por tal débito. O Badesul, por entender não cabível essa execução fiscal, ajuizou ação anulatória de débito fiscal com antecipação de tutela contra a Prefeitura do Município de Porto Alegre, tendo sido vencedor em primeiro e segundo graus e o recurso especial não foi admitido. A decisão final, favorável ao Badesul, transitou em julgado no dia 29/06/16, tendo o Badesul sido excluído da lide.

d. Devedores por depósitos em garantia

	2017	2016
Ações cíveis	66	61
Ações trabalhistas	22.557	11.605
Ações tributárias	25	23
Total	22.648	11.689

15 Passivos atuariais

	Curto prazo		Longo prazo	
	2017	2016	2017	2016
Passivo c/plano de previdência complementar (c).....	-	-	9.918	7.662
Passivo c/planos de saúde (d)	-	-	1.699	1.571
Passivo c/prêmio por aposentadoria (e) (*).....	624	1.558	1.495	2.517
Total	624	1.558	13.112	11.750

(*) Para efeito de publicação o saldo referente à provisão prêmio por aposentadoria está segregado em curto e longo prazo considerando a elegibilidade de aposentadoria pelo critério do INSS.

a. Composição do passivo atuarial líquido

As avaliações atuariais são realizadas anualmente, exceto quando ocorrem fatos relevantes que exijam esse procedimento em período intermediário. A última avaliação atuarial realizada pelo Badesul teve como data base 31/12/2016. A seguir está demonstrada a composição do passivo atuarial líquido, cujas informações foram extraídas do laudo atuarial daquela data base.

	Planos de Previdência Complementar				Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano salgado (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)		
Movimentação da posição líquida do balanço.....	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Valor presente das obrigações atuariais	24.817	10.651	312	6.882	4.266	2.574
Valor justo dos ativos do plano	(15.884)	(9.413)	(271)	(6.120)	(2.524)	-
Valor presente das obrigações a descoberto	8.933	1.238	41	762	1.742	2.574
Passivo atuarial líquido	8.933	1.238	41	762	1.742	2.574

b. Movimentação do passivo atuarial reconhecido

Movimentação no primeiro semestre

	Planos de Previdência Complementar				Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c)	Plano salgado (c)	Plano FBPREV I (c)	Plano FBPREV II (c)		
Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2016	8.933	1.238	41	762	1.742	2.574
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(1.130)	(23)	32	64	(42)	33
Baixa por aposentadoria	-	-	-	-	-	(488)
Passivo (Ativo) atuarial líquido em 30 de junho de 2017	7.803	1.215	73	826	1.700	2.119

	Planos de Previdência Complementar				Plano de saúde (d)	Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c)	Plano salgado (c)	Plano FBPREV I (c)	Plano FBPREV II (c)		
Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2015	6.655	518	73	920	1.553	4.185
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(552)	(60)	14	94	18	40
Baixa por aposentadoria	-	-	-	-	-	(150)
Passivo (Ativo) atuarial líquido em 30 de junho de 2016	6.103	458	87	1.014	1.571	4.075

c. Plano previdenciário complementar

O Badesul é co-patrocinador da Fundação BANRISUL de Seguridade Social, cuja principal finalidade é a de manter os planos de aposentadorias e pensões, os quais seguem discriminados abaixo:

(i) Plano de Benefícios I (PB1): É do tipo "benefício definido" oferecido aos empregados oriundos do BANRISUL admitidos pelo Badesul por meio de sucessão trabalhista, e a sua avaliação é realizada em conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. Este plano de benefícios está fechado para novas adesões. Tendo em vista que este plano apresentou déficits recorrentes (desde 2009), foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre a Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS e os respectivos patrocinadores, mediante a aprovação do órgão regulador e fiscalizador (PREVIC) em 23/12/2013, contendo as condições para reestruturação deste Plano com a possibilidade de migração espontânea e incentivada dos participantes e assistidos para um plano de benefícios salgado e/ou para um plano de contribuição definida, visando ao equacionamento da situação que se apresentava. O cronograma estabelecido no TAC previu 180 dias para conclusão do processo como um todo. Ao longo do primeiro semestre de 2014 foi operacionalizado o cronograma de eventos estabelecido no TAC, tendo ocorrido o processo de migração voluntária e incentivada dos participantes e assistidos para os novos Planos (Plano de benefícios Salgado e Plano de benefícios FBPREV II), na sua maioria para este último. Permanecem neste Plano 3 participantes ativos e 23 assistidos.

(ii) Plano de Benefícios Salgado: Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo "benefício definido" e sua avaliação é procedida por atuário independente. Sendo este um plano salgado, não há apuração de custos e, conseqüentemente, contribuições normais. Poderá haver, porém, contribuições extraordinárias, caso o plano apresente déficit. São beneficiários deste Plano 5 participantes ativos e nenhum assistido.

(iii) Plano de Benefício FBPREV I: Este Plano é estruturado na modalidade "contribuição variável" e foi criado para a adesão de empregados não participantes de outros planos de benefícios da Fundação Banrisul, admitidos antes da data efetiva do plano até 90 dias a contar da data efetiva do plano e para os empregados que foram admitidos na patrocinadora após a data efetiva de acordo com o regulamento do plano, os benefícios e institutos oferecidos aos empregados são: aposentadoria normal, antecipada e por invalidez; pensão por morte; benefício proporcional; auxílio doença; abono anual; auxílio funeral e benefício mínimo. São beneficiários deste Plano 65 participantes ativos e nenhum assistido.

(iv) Plano de Benefício FBPREV II: Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo "contribuição variável" e sua avaliação, em conformidade com a legislação específica é procedida por atuário independente. Os benefícios assegurados por este Plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, auxílio funeral, e, benefícios com características de benefício definido que são a aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual e pensão por morte. São beneficiários deste Plano 44 participantes ativos e 18 assistidos.

d. Plano de saúde

O plano de saúde é mantido pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/CABERGS, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão. O compromisso do patrocinador foi definido projetando-se as futuras despesas assistenciais, tomando como base os custos assistenciais médios por faixa etária, líquidos da coparticipação. Foram avaliados os seguintes planos/programas, que possuem participação do patrocinador pós-emprego: (a) Plano PAM - Plano de assistência Médico-Hospitalar, nas modalidades PAMPA e PAMES; (b) PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

Duration	
Plano PB1	21,32 anos
Plano Salgado	22,58 anos
Plano FBPREV I	25,00 anos
Plano FBPREV II	22,00 anos
Plano de saúde	21,00 anos
Prêmio por aposentadoria	1,56 anos

(iii) Plano de saúde - custo assistencial

Para fins de avaliação em 31 de dezembro de 2016 os custos dos planos médico-hospitalares foram projetados conforme as despesas médias anuais dos planos por se tratar de planos mutualísticos, sendo que o crescimento das despesas médias foi projetado conforme premissa de HCCTR. Para o programa de auxílio medicamento (PROMED) os custos projetados consideram o perfil das despesas do programa conforme faixa etária dos participantes, dado que o subsídio financeiro oferecido no programa é integralmente custeado pelas mantenedoras conforme despesas efetivamente realizadas pelos ex-empregados vinculados a cada uma.

	Custo médio/Ano (Em Reais)
Custo médio PAMES (PAM027)	3.721,01
Custo médio PAMPA (PAM019)	310,08
Custo FAR200: conforme tabela abaixo.	-

Faixas Etárias

	Custo médio (Em Reais)
0 a 17 anos	0,00
18 a 29 anos	71,42
30 a 39 anos	175,80
40 a 49 anos	141,20
50 a 59 anos	418,16
60 a 69 anos	787,60
70 anos ou +	579,72

16 Credores diversos

	2017	2016
Financiamentos a Liberar para clientes próprios (recursos de repasses)	-	50

	2017	2016
Financiamentos a Liberar para clientes dos Fundos		
Administrados (*)	7.718	3.976
Cobrança (valores a processar)	846	254
Fornecedores	1.132	1.005
Outras	385	293
Total	10.081	5.578

(*) Os procedimentos de gestão desses recursos estão descritos na nota 24b, que tem como única exceção àquela nota, a escrituração contábil em contas patrimoniais além de em contas de compensação, devido a esses recursos transitarem em conta corrente do Badesul.

17 Patrimônio líquido

a. **Capital social**
Em 30 de junho de 2017 o Capital Social da Instituição no valor de R\$ 756.343 (R\$ 756.343 em 2016), representado por 756.343.248 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no país.

b. **Reserva de lucros**
A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Por decisão da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 11 de março de 2016, foi revertido todo o saldo existente para absorção de prejuízo acumulado. A reserva para incentivos fiscais foi constituída em 30/06/2014 por parcela do lucro líquido decorrente de doações recebidas, conforme regulamentação em vigor. Em 31/12/2014 esta reserva foi revertida tendo em vista não haver lucro suficiente. A proposta da Administração é de que seja constituída esta reserva em exercícios subsequentes quando o lucro, antes de sua distribuição, comportar o valor da parcela referente à doação recebida, visando à manutenção da condição de não tributação da receita reconhecida no exercício de 2014.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária, não havendo previsão estatutária para distribuição em períodos intermediários.

Quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, a legislação pertinente faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da assembleia geral de acionistas. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificada da Demonstração do Resultado para a rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações financeiras, consoante o artigo 3º da Circular nº 2.739 de 19 de fevereiro de 1997, emitida pelo Banco Central do Brasil. Não houve registro de JSCP no período correspondente a essas demonstrações.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme dispõe a Carta-Circular do BACEN nº 3.729, de 08 de outubro de 2015, são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes de reavaliações atuariais.

18. Capital regulamento

O BACEN, em consonância com as diretrizes do Acordo de Capital - Basileia III, estabeleceu os índices mínimos de capital equivalentes à relação entre o patrimônio de referência (PR) e os ativos ponderados ao risco (RWA) de no mínimo 9,875%, reduzindo gradualmente até 8,0% em 01 de janeiro de 2019. Também é requerido o cumprimento de um adicional de capital principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACPconservação, ACPcontracíclico e ACPsistêmico, que em conjunto com os índices mínimos de capital, aumentam as exigências de capital ao longo do tempo. Atualmente, o valor apurado para o ACPconservação e para o ACPcontracíclico corresponde a 0,625% respectivamente. O ACPsistêmico não é exigido para as agências de fomento, logo não se aplica ao Badesul.

A tabela a seguir demonstra a composição do patrimônio de referência, o patrimônio de referência mínimo requerido e o índice de Basileia, apurados de acordo com as normas do BACEN.

	2017
Exigibilidades p/ cobertura dos ativos ponderados pelo risco	
De Crédito	2.880,258
De mercado	7.745
Operacional	394,741
Ativos Ponderados pelo Risco	3.282,744
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	303,654
ACP conservação	41,034
ACP contracíclico	41,034
Patrimônio de Referência	480,843
Margem	95,120
Índice de Basileia	14,65%

Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco

	2016
De crédito	3.357,936
De mercado	4,662
Operacional	329,669
Ativos Ponderados pelo Risco	3.692,267
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	364,611
ACP conservação	23,077
ACP contracíclico	23,077
Patrimônio de Referência	544,240
Margem	133,475
Índice de Basileia	14,74%

Entrada em aposentadoria

Benefícios a conceder: Família média
Benefícios concedidos: Família real informada

Composição familiar

100% na elegibilidade
Plano de saúde considera-se a idade de aposentadoria
de 64 anos para os homens e 61 anos para as mulheres

Sendo família média:
- percentual de casados: 75%
- diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos
- 1 filho temporário

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em milhares de Reais)**19 Imposto de renda e contribuição social**

	2017	2016
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(8.694)	(34.758)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	25.009	30.898
Diferenças temporárias.....	24.898	30.818
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	2.415	779
Rendas a apropriar em atraso.....	8.944	12.072
Rendas decorrentes de ganhos em negociações.....	1.133	175
Provisões para contingências.....	(4.657)	8.531
Outras provisões.....	(1.937)	9.261
Diferenças permanentes	111	80
Despesas não dedutíveis.....	111	80
Base de cálculo do IR e CS	16.315	(3.860)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente (Nota 3k).....	(7.325)	—
Incentivos Fiscais.....	115	—
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos.....	(7.210)	—
Constituição de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 9).....	—	13.135
Imposto de renda e contribuição social na demonstração de resultado	(7.210)	13.135

20 Outras receitas**a. Outras receitas operacionais**

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas.....	16	160
Reversão de passivo atuarial – planos de benefícios pós-emprego.....	1.196	611
Reversão de provisão contingência civil.....	79	51
Reversão de provisão para perda com garantias financeiras prestadas.....	11.867	2.808
Encargos (atualização depósitos judiciais e outros).....	702	378
Atualização de direitos junto ao BNDES.....	70	22
Outras.....	47	—
Total	13.977	4.030

21 Outras despesas administrativas e outras despesas operacionais**a. Outras despesas administrativas**

	2017	2016
Água, energia e gás.....	390	478
Comunicação.....	67	81
Manutenção e conservação de bens.....	474	456
Processamento de dados.....	2.203	2.824
Publicidade e propaganda.....	358	1.049
Serviços do sistema financeiro.....	392	378
Serviços de terceiros.....	915	791
Serviços técnicos especializados.....	267	436
Transporte.....	23	23
Viagem.....	173	148
Emolumentos Cartoriais.....	905	967
Depreciação.....	1.066	1.093
Outras.....	628	433
Total	7.861	9.157

b. Outras despesas operacionais

	2017	2016
Despesa com provisão p/planos de benefícios pós-emprego.....	97	126
Despesa com provisão p/contingências trabalhistas.....	4.056	7.689
Despesa com provisão decorrente de honra FGI (i).....	—	1.111
Despesas com provisão p/perda com garantias financeiras prestadas (ii).....	3.642	12.270
Outras.....	470	18
Total	8.265	21.214

(i) Em atendimento à orientação do Banco Central do Brasil, foi reconhecida provisão para contingência na extensão da obrigação assumida sempre que havia adiantamento de honra por parte do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), devendo ser ajustada quando da efetiva recuperação do crédito coberto por esse Fundo. A partir

de 01/07/2016 entrou em vigência nova regulamentação do FGI, quando foi realizada consulta ao BACEN sobre a possibilidade de reversão da provisão existente até aquela data, estando o assunto em análise por aquele órgão regulador.

(ii) É reconhecida provisão para cobrir eventuais riscos de desembolsos futuros para honrar cartas fiança concedidas. A metodologia adotada para apuração do valor a reconhecer é a mesma utilizada na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito ativa. Vide Nota 24a.

22 Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes Instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretores, Conselho de Administração, Conselho Fiscal do Badesul.

	2017		
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 24b).....	(3.359)	4.891	—
Contratação de serviços especializados	299	—	301
Remuneração do pessoal chave da administração (*).....	—	—	985
Ressarcimento de despesas – funcionários cedidos.....	(23)	—	—
Despesa de Pessoal – funcionários adidos.....	26	—	178
Outros valores a ressarcir.....	(413)	—	—

	2016		
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos	(1.101)	2.721	—
Contratação de serviços especializados	276	—	293
Remuneração do pessoal chave da administração (*).....	—	—	970
Ressarcimento de despesas – funcionários cedidos.....	(39)	—	—
Despesa de Pessoal – funcionários adidos.....	24	—	390
Outros valores a ressarcir.....	(419)	—	—

(*) Refere-se ao total da remuneração fixa e variável do pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal).

23 Gestão de riscos

A gestão de riscos do Badesul considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da Instituição num processo contínuo de otimização da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos. O relatório de gestão de riscos está disponibilizado no site www.badesul.com.br. Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:

a. Risco de mercado

Revisada anualmente, a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado da Instituição tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. O risco de mercado não é significativo para o Badesul, considerando que a maioria de suas operações têm as taxas "casadas" no ativo e no passivo por decorrerem de operações de repasses, o que mitiga o risco de exposição.

b. Risco de crédito

O risco de crédito ocorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 2.682, emitida pelo Banco Central do Brasil em 21 de dezembro de 1999, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados.

Esse é o maior risco ao qual a Instituição está exposta. O monitoramento e controle ocorrem por meio da mensuração dos níveis de exposição de risco das operações e consequentes níveis de provisionamento, além de outros indicadores.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes - e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras elaboradas em 17/08/2017, compreendendo: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, das Mutações do

c. Risco operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida, revisada periodicamente, contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. Para apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico. A parcela RWAOPAD serve como fator de monitoramento deste risco.

d. Gerenciamento de capital

A Resolução CMN nº 3.988, de 30 de junho de 2011, publicada pelo Banco Central do Brasil, define o gerenciamento de capital como processo contínuo de monitoramento e controle do capital, contemplando a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais as instituições financeiras estão sujeitas e ao planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos. No Badesul o gerenciamento do capital é realizado a partir do controle e monitoramento da margem ou da insuficiência de margem para o Limite de Basileia, apurada a partir da identificação do patrimônio de referência, patrimônio de referência exigido e RBAN (risco da carteira de não negociação).

e. Risco de Liquidez

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco. Internamente este tema está normatizado por meio de resolução do Conselho de Administração, revisado periodicamente, que contempla, além da política de gerenciamento, o plano de contingência. Os principais fatores que influenciam a liquidez, segundo as características operacionais, são a inadimplência, as letras financeiras do tesouro (LFT) e o fluxo de caixa, sendo estes, alvo de monitoramento permanente.

f. Risco Socioambiental

A Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014, publicada pelo Banco Central do Brasil, estabelece que as instituições financeiras devem implementar uma Política de Responsabilidade Socioambiental, contemplando diretrizes sobre as ações estratégicas relacionadas à sua governança, inclusive para fins do gerenciamento do risco socioambiental. O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras, decorrentes de danos socioambientais, que, por sua vez, são relacionados com poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

24 Compromissos e responsabilidades**a. Cobranças por garantias prestadas**

O Badesul concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES e da FINEP, cujos contratos prevêm encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 30 de junho de 2017 está representado por R\$ 53.547 (R\$ 78.786 em 2016).

b. Gestão de recursos de terceiros

O Badesul, por determinação legal (leis e decretos estaduais), executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do RS. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do Badesul está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 30 de junho de 2017, representam o montante de R\$ 3.051.832 (R\$ 3.209.390 em 2016). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o Badesul é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados. A remuneração, a título de taxa de administração dos Fundos, representou no exercício R\$ 4.891 (R\$ 2.721 em 2016).

25. Outras informações

A Lei Estadual nº 11.916, de 02 de junho de 2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelecia autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015 foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o montante de R\$ 26.735 (valor nominal) apurado antes da modificação e publicação da referida lei, que corresponde ao período compreendido entre o último aumento de capital realizado até o mês de setembro de 2015.

DIRETORIA

SUSANA MARIA KAKUTA - Diretora-Presidente

PAULO ODONE CHAVES DE ARAÚJO RIBEIRO

Diretor Vice-Presidente e Administrativo

JEANETTE HALMENSCHLAGER LONTRA - Diretora de Operações

KALIL SEHBE NETO - Diretor Financeiro, responsável pela Área Contábil

DIOGO PAZ BIER - Diretor de Inovação e Sustentabilidade

ROSANE NUNES - Contadora - CRC/RS 48.702/O-3

JOSUÉ DE SOUZA BARBOSA

Presidente

Porto Alegre, 24 de agosto de 2017.

CONSELHEIROS

ADENIR DE FÁTIMA JAHN
CINTIA MICHELLE MAAS
FERNANDO LUZ LEHNEN
PEDRO HENRIQUE NUNES PAIVA
ROBSON LUIS ZINN

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos

Conforme descrito na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Instituição possui impostos diferidos ativos no montante de R\$ 255.167.127, provenientes de diferenças temporárias, cujo registro contábil foi efetuado considerando um estudo elaborado pela Instituição e aprovado pelo Conselho de Administração, sobre o montante provável de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para a realização desses ativos.

Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização de ativos, a Instituição adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento

esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores dos impostos diferidos registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, dentre outros:

- Avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave, referentes ao processo para a determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados a qual é base para a avaliação sobre a realização de ativos.
- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a documentação suporte e as principais premissas utilizadas pela Instituição nas projeções dos lucros tributáveis futuros, com base : (a) nas demonstrações financeiras e relatórios gerenciais contendo dados históricos; (b) no orçamento anual preparado pela Instituição; (c) nas projeções de indicadores macroeconômicos do Banco Central do Brasil – BACEN; e (d) em discussões realizadas com a Instituição sobre a sua visão para os negócios e perspectivas para as suas operações, bem como, comparamos certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração.
- Avaliamos os critérios para a determinação da base tributária, da classificação contábil e da análise da realização dos valores dos tributos diferidos.
- Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários), bem como avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas da Instituição.

Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2017, o valor contábil das operações de crédito, líquidas de provisões para crédito de liquidação duvidosa, perfazia o montante de R\$ 2.584.378, representando parcela significativa do total de ativos da Instituição.

A avaliação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi realizada pela Instituição com base na Resolução 2.682/99, emitida pelo Banco Central do Brasil, complementada pela estimativa de perdas desenvolvida pela Instituição com base em sua experiência, conhecimento de mercado e outros fatores de risco identificados, no qual considera estudos sobre o comportamento das operações de crédito dos últimos cinco exercícios. Para tanto, a Instituição faz uso de julgamentos e estimativas significativas incluindo os riscos de crédito dos clientes, padrões históricos de recebimentos e existência de perdas. Mudanças nas premissas utilizadas pela Instituição para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas, podem impactar

significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras, e portanto, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave e das políticas contábeis aplicáveis para o reconhecimento, mensuração e divulgação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, incluindo as premissas e julgamentos utilizados pela Instituição para a determinação dos montantes registrados.
- Avaliação da adequação da provisão para redução ao valor recuperável das operações de crédito, obtendo o entendimento dos julgamentos exercidos pela Instituição, considerando as circunstâncias que podem ter impactos contábeis.
- Avaliamos a informação usada para determinar a provisão de inadimplência considerando o desempenho do recebimento das operações de crédito em relação às tendências históricas.
- Testamos a precisão da idade dos saldos de operações de crédito com base nos relatórios analíticos por operações, e analisamos os valores baixados como incorríveis.
- Avaliamos, com base em amostragem, se a Instituição atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, bem como avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas da Instituição.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance

planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de agosto de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRCSP-014428/F-7Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS